

Diplomacia Científica

Novembro 2022

Maria Sousa Galito



Portugal só é país periférico na Europa.

No Atlântico é central.

A: triângulo estratégico nacional (continente, Madeira e Açores).

B: triângulo estratégico atlântico (Europa, África e América).



Necessidade de obter sinergias entre economia, cultura e ciência!



A União Europeia:

- Confere atenção crescente à Diplomacia Científica, também no âmbito da Paradiplomacia (diplomacia entre regiões e/ou entre cidades).
- Sobretudo através de programas de ciência, tais como o Horizonte 2020 e Erasmus+
- Inclusão do tema na sua Estratégia Global de 2016.
- Ferramenta de soft power, para aumentar a sua capacidade de influência enquanto ator internacional.

A diplomacia científica permite a interação entre a Ciência e a Diplomacia, entre atores de RI tais como cientistas internacionalizados, Instituições de Ensino Superior, laboratórios e empresas.

- Diplomacia para a ciência: a diplomacia facilita a criação de parcerias científicas;
- Ciência para a diplomacia: a ciência facilita o desenvolvimento de relações diplomáticas;
- Ciência na diplomacia: os objetivos da política externa são informados pelo aconselhamento científico.



Para mais informação, consultar Mourato Pinti, João (2022). “A Diplomacia Científica Portuguesa e as Redes de Profissionais, Investigadores e Estudantes Pós-Graduados Portugueses no Estrangeiro: da Fuga à Circulação de Cérebros”. Janus.Net, Vol.13, N.º 1 (Maio-Outubro), pp. 101-121. URL: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5428/2/PT-vol13-n1-art07.pdf>

«Uma diplomacia científica eficaz pode ter ainda outro efeito perverso. Ao atrair para um dado país os melhores talentos globais, tanto pode contribuir para o enriquecimento desse Estado como para o empobrecimento dos Estados de onde esses talentos provêm. Estes movimentos tendem a aglutinar-se em grandes centros científicos e tecnológicos mundiais, alimentando um círculo vicioso de perpetuação dos desequilíbrios que estão na origem dessa mesma emigração. Ou seja, a diplomacia científica pode contribuir para a perpetuação de dinâmicas migratórias entre centros e periferias. Por outro lado, através da implementação de redes de profissionais e investigadores no estrangeiro, a diplomacia científica também oferece aos Estados a possibilidade de se manterem ligados aos seus cérebros “em fuga”, criando a estrutura para que estes contribuam para o desenvolvimento do seu país a partir do estrangeiro. (...) Através das suas ferramentas, a diplomacia científica oferece soluções para a quebra do círculo vicioso, contribuindo **para que o termo “fuga de cérebros” possa ser substituído por “circulação de cérebros”**, ou seja, a noção de que os investigadores – nacionais e estrangeiros – têm fases da sua carreira dentro e fora do país e que ambas as situações podem acrescentar valor à ciência nacional. Esta circulação contribui para que a diplomacia científica de um país ganhe e distribua influência em, por exemplo, processos de decisão em organizações internacionais.»



Para mais informação, consultar Mourato Pinti, João (2022). “A Diplomacia Científica Portuguesa e as Redes de Profissionais, Investigadores e Estudantes Pós-Graduados Portugueses no Estrangeiro: da Fuga à Circulação de Cérebros”. *Janus.Net*, Vol.13, N.º 1 (Maio-Outubro), pp. 101-121. URL: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/5428/2/PT-vol13-n1-art07.pdf>

- «10.8% dos portugueses vivem noutro Estado-membro da UE»;
- «A dinamização deste “associativismo académico e científico” é responsabilidade da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, sendo que cumpre à FCT estimular a relação com a diáspora científica portuguesa, eventualmente atraindo-a para o emprego científico em Portugal»
- As associações dos cientistas portugueses a residir no estrangeiro «(...) surgem da capacidade de auto-organização da comunidade portuguesa (...) o seu trabalho é feito em coordenação parcial com as embaixadas de Portugal nos respetivos países. Há também um ainda parco envolvimento com os respetivos conselheiros das comunidades portuguesas. A FCT tem protocolos de cooperação formal estabelecidos com (...) a PARSUK já resultou na criação de um conselho científico formado pela diáspora científica portuguesa no Reino Unido.»
- «A PARSUK e a FCT colaboram na organização de um concurso anual de apoio à mobilidade científica entre Portugal e o Reino Unido, denominado *Bilateral Research Fund* (...) financiamento global de 15000€.
- «Já a APEI Benelux desenvolve uma atividade anual (...) junto dos alunos portugueses finalistas do ensino secundário na Escola Europeia em Bruxelas, atraindo-os para o ensino superior português.
- As referidas associações «(...) colaboram na organização do GraPE – Fórum de Graduados Portugueses no Estrangeiro com o objetivo de promover a discussão entre profissionais (...) de Portugal e no estrangeiro.»



Associações de Graduados da Diáspora

Credenciadas junto da DGACCP:

- AGRAFr – Associação de Graduados Portugueses em França (2013)
- ASPPA – Associação de Pós-Graduados Portugueses na Alemanha (2012)

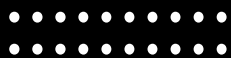
Não Credenciadas junto da DGACCP, mas já antigas:

- PAPS – Portuguese American Post-Graduate Society – EUA (1998)
- PARSUK – Portuguese Association of Researchers and Students in the UK (2008)

Mais Recentes:

- AGRAPS – Associação dos Graduados Portugueses na Suíça (2020)
- APEI Benelux (apoia estudantes na Bélgica, Luxemburgo e Países baixos) – 2016
- Spot Nordic – Investigadores e Profissionais Portugueses na Europa Nórdica (apoia estudantes na Dinamarca, Finlândia, Noruega, Islândia, Suécia) – 2020





https://dre.pt/home/-/dre/10528391/details/maximized?p_auth=185ZFgB3

Resolução do Conselho de Ministros 78/2016, 30 de Novembro

- **Estreita articulação entre o MCTES (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, responsável pela política de internacionalização no seu domínio setorial) e o MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsável pela coordenação geral da ação do Governo na frente europeia e externa).**
- Importa que o processo de internacionalização do sistema nacional de ciência, tecnologia e ensino superior se enquadre no conjunto das políticas públicas para a internacionalização que se encontram em curso e dizem respeito, designadamente, aos domínios:
 - do investimento e do comércio externo,
 - da mobilidade
 - da língua
 - do património e da cultura
 - da cooperação com países terceiros
 - da participação em organizações multilaterais.



* Reconhecimento e integração de pessoas e instituições portuguesas nas redes internacionais de referência, com elevação dos critérios de exigência, qualificação dos recursos humanos, transferência de conhecimento e tecnologia, e participação nos benefícios gerados internacionalmente.

* Crescente capacidade de atração de estudantes, docentes e investigadores estrangeiros para as nossas universidades, politécnicos, centros e laboratórios científicos

* Maior participação de empresas em grandes projetos internacionais e em processos de compras públicas de âmbito internacional e de elevada sofisticação tecnológica.

A RCM 78/2016 valoriza:

- a promoção da **Diplomacia Científica**
- o processo de internacionalização do ensino superior e da investigação científica e tecnológica em Portugal;
- as áreas da ciência e do ensino superior no desenvolvimento da cooperação com países terceiros;
- a cooperação internacional em ciência e tecnologia;
- o relacionamento com as comunidades académicas e científicas portuguesas no estrangeiro.

Programa “Estudar e Investigar em Portugal”

<https://www.study-research.pt/>

EM PORTUGAL
PORTUGAL OFFER FOR KNOWLEDGE

ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA EMIGRANTES E LUSODESCENDENTES

PROGRAMA DE MOBILIDADE ERASMUS+
CONHECIMENTO NA ESSENCIA DE PORTUGAL

DGES FCT

MILHARES DE VAGAS ESTÃO A TUA ESPERA NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS POLITECNICOS PORTUGUESES!

CONCURSO NACIONAL DE ACESSO

7% das vagas para emigrantes e familiares em concursos nacionais, em todas as cursos das Universidades e Institutos Politécnicos públicos.

VAGAS PARA ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PRIVADO ATRAVÉS DE CONCURSOS INSTITUCIONAIS

CANDIDATURAS DE 7 A 23 DE AGOSTO

<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=-%3d%3dBOAAAB%2biCAAAAAABAAZNDAYNwUAY8TSwUAAAA%3d>

- O Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior destina 7% das vagas aos emigrantes portugueses e familiares que com eles residam
- Em 2020: 3599 vagas disponíveis em todo o sistema de ensino superior público português, que abrange 107 instituições e mais de 5000 cursos, em todas as universidades e institutos politécnicos.
- Podem também aceder ao ensino superior português com o ensino secundário concluído no país de acolhimento através da via profissionalizante
- É possível optar por um curso técnico superior profissional num instituto politécnico português, com possibilidade de posterior ingresso em licenciatura ou mestrado integrado; frequentar os mais de 1800 cursos de mestrado e 600 de doutoramento da rede de ensino superior público português; trabalhar em investigação nos 350 centros e laboratórios existentes em Portugal, em todos os domínios do conhecimento; e ainda, se já frequentam um curso superior no país de acolhimento, fazer um período de estudo em Portugal ao abrigo do programa de mobilidade Erasmus +.

Diferenças entre Alemanha, Espanha, França, Suíça e Portugal:

- Objeto: “prioridades temáticas em função de especificidades nacionais”
 - Alemanha e Suíça: valorização da formação profissional;
 - Espanha e Portugal: valorização das línguas oficiais;
 - França: valorização da ajuda ao desenvolvimento;
- Sujeitos: “disparidade no papel atribuído ao MNE”
 - Para a França, o MNE tem papel preponderante;
 - Espanha e Portugal colocam MNE ao mesmo nível do Ministério da Ciência;
 - Alemanha e Suíça consideram MNE complementar à liderança do MC;
- Fins: “dependem do enquadramento histórico-geográfico dos Estados analisados”
 - França: importa equipar os decisores com informação de suporte às políticas;
 - Alemanha e Suíça: melhorar a interação entre as comunidades científica e diplomática e a capacidade dos MNE para acompanhar questões científicas;
- Meios: “divergência nas opções em matéria de disponibilidade orçamental”
 - Suíça: Casas da Ciência;
 - Alemanha: Casas da Ciência e da Inovação;
 - França: projeção internacional de escolas francesas no estrangeiro;
 - Alemanha: projeção internacional de universidades alemãs no estrangeiro;
 - Espanha e Portugal: destaque conferido às diásporas científicas por país;

Fonte: ARANDA, Jorge (2017). “Diplomacia Científica: das Boas Práticas Internacionais a um Modelo Nacional Ótimo”. ISCSP-Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, pp. 1-90.



Redigir “estratégia nacional para a diplomacia científica” que inclua:

- Objetivos de diplomacia pública;
 - Eventual versão em inglês, alemão, francês e espanhol;
 - Divulgar amplamente a estratégia, incluindo digitalmente;
- Medidas detalhadas e calendarizadas para atingir objetivos (para facilitar a sua implementação e monitorização);
 - Espanha e Suíça: inventário da cooperação, com acordos e consórcios de ciência e tecnologia; com vantagens adicionais em matéria de sistematização da informação disponível e coordenação dos atores envolvidos;
 - Alemanha e França: boas práticas nacionais “de aplicação da diplomacia científica, o que beneficiaria o posicionamento externo de Portugal;

Fonte: ARANDA, Jorge (2017).



Redigir “estratégia nacional para a diplomacia científica”

Para Portugal:

- “Participação portuguesa na Organização Europeia para a Investigação Nuclear (CERN) que tem permitido a formação avançada de várias gerações de investigadores e o seu acesso a instalações de nível mundial para a condução de investigação e a promoção de transferência de tecnologia;
- Participação na Agência Espacial Europeia – ESA (relevante para o aumento da sofisticação da atividade empresarial em Portugal);
- Boas práticas internacionais. É necessário trabalho de *benchmarking*, assente na amostra de casos estrangeiros (com base em indicadores para avaliação da eficácia das medidas e sua comparação internacional).
- Planeamento estratégico: devia ser levado a cabo pelo MNE;
- Grupo interministerial para monitorização, a nível técnico e político; para acompanhar a execução da estratégia e decidir a sua evolução;
- O grupo poderia incluir Secretários de Estado (tal como em Espanha);

Fonte: ARANDA, Jorge (2017).



Redigir “estratégia nacional para a diplomacia científica” Para Portugal:

- A nível técnico, o grupo poderia inspirar-se no grupo de contacto permanente suíço, com vários Ministérios”, incluindo MNE e MCTES;
- O grupo poderia elaborar “orientações para a colocação de cientistas e funcionários portugueses em organismos científicos internacionais ou planos específicos para países e regiões-alvo (a exemplo do que faz a Alemanha e do que se propõe fazer a Espanha (o que reforçaria a abordagem *whole of government* que a diplomacia científica potencia)”;
- A elaboração destes planos deveria envolver a rede externa, com “definição dos países prioritários” e de “princípios e critérios próprios (como no modelo suíço), o que melhoraria a fundamentação técnica e política destas medidas.

Fonte: ARANDA, Jorge (2017).



Conselheiros Científicos:

- Colocação de Conselheiros Científicos em missões portuguesas;
- Proposta espanhola
 - Converter os Conselheiros Culturais, em *Conselheiros Culturais e Científicos*;
 - Converter Conselheiros Económicos e Comerciais, em *Conselheiros Económicos/Comerciais e Tecnológicos*:
 - Efeitos positivos na contenção de custos;
 - Sinergias/ diplomacias económica, cultural e científica;
- Proposta portuguesa
 - Conversão dos Centros Culturais do Camões em *Centros Culturais e Científicos*;
 - Em alternativa, conversão dos Centros de Negócios da AICEP em *Centros de Negócios e Tecnologias*;
 - Os Conselheiros Científicos, os Conselheiros Culturais e Científicos e os Conselheiros Económicos e Tecnológicos “deveriam receber, como em França, **uma carta de missão** com objetivos mínimos anuais de diplomacia científica (que ajudariam à execução da estratégia), a elaborar pelo referido grupo interministerial”;

Fonte: ARANDA, Jorge (2017).



Conselheiros Científicos:

- Dinamização de uma rede de *multiplicadores*, nomeadamente cientistas nacionais na diáspora, antigos estudantes no nosso país e outros *amigos de Portugal* (o que concorreria para a criação de elites favoráveis aos seus interesses)”;
- “Os relatórios regulares dos Conselheiros poderiam *ser objeto de circulação* por atores nacionais, públicos e privados (à semelhança do que é feito em França, através da Agência para a Difusão de Informação Tecnológica) com proveitos para as partes interessadas;
- Atribuir *Prémio de Diplomacia Científica Damião de Góis*, para aumentar a visibilidade da diplomacia científica e estimular a atividade daqueles Conselheiros;
- “Tal como em Espanha, todas as missões no estrangeiro e todos os Ministérios deveriam identificar um ponto de contacto para a diplomacia científica (alternativa a medida mais onerosa de ter assessores científicos em todos os Ministérios e no Gabinete do Primeiro-Ministro);

Fonte: ARANDA, Jorge (2017).



Embaixador da Diplomacia Científica:

- Na Alemanha, na França e em Espanha há nomeação de um Embaixador para a Diplomacia Científica, apoiado por serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Para dinamizar *rede de diplomacia científica* (tal como em Espanha), composta pelos Conselheiros Científicos das Embaixadas acreditadas em Lisboa (tendo em vista a promoção dos interesses nacionais sem recurso a meios adicionais);
- “Na impossibilidade de haver uma Direção-Geral de Assuntos Técnicos e Económicos (como em Espanha) ou uma Direção de Políticas de Mobilidade e Atratividade (como em França), o apoio seria prestado por funcionários que receberiam formação adequada (Seminário Avançado de Política Científica e Tecnológica); ou haver intercâmbio de funcionários entre Ministérios (Espanha);

Fonte: ARANDA, Jorge (2017).



Marca Própria

- Marca própria (ex: *Portugal High Tech*) que poderia ter identidade corporativa própria (ex: campanha *Germany – Land of Ideas*);
- Organizar *Semanas de Ciência* em países terceiros;
- Preparar exposições científicas itinerantes, a circular por diversos países, sobre temas prioritários para Portugal (como o mar, o espaço, a arquitetura ou a engenharia);
- A ciência e a tecnologia deveriam figurar no topo das prioridades do relacionamento externo, quer no contexto de encontros bilaterais;
- Visitas a instalações científicas bem-sucedidas (como em Espanha);
- Modelos de cooperação de geometria variável (como na Alemanha)
 - NNS (que envolvem dois países do Norte e um do Sul);
 - NSS (com um país do Norte e dois do Sul);
- Associar o MNE ao comité diretor dos centros de investigação de grande dimensão e assegurar-lhe um papel de coordenação e promoção da cooperação para o desenvolvimento em matéria científica e tecnológica (como em França).

Fonte: ARANDA, Jorge (2017).

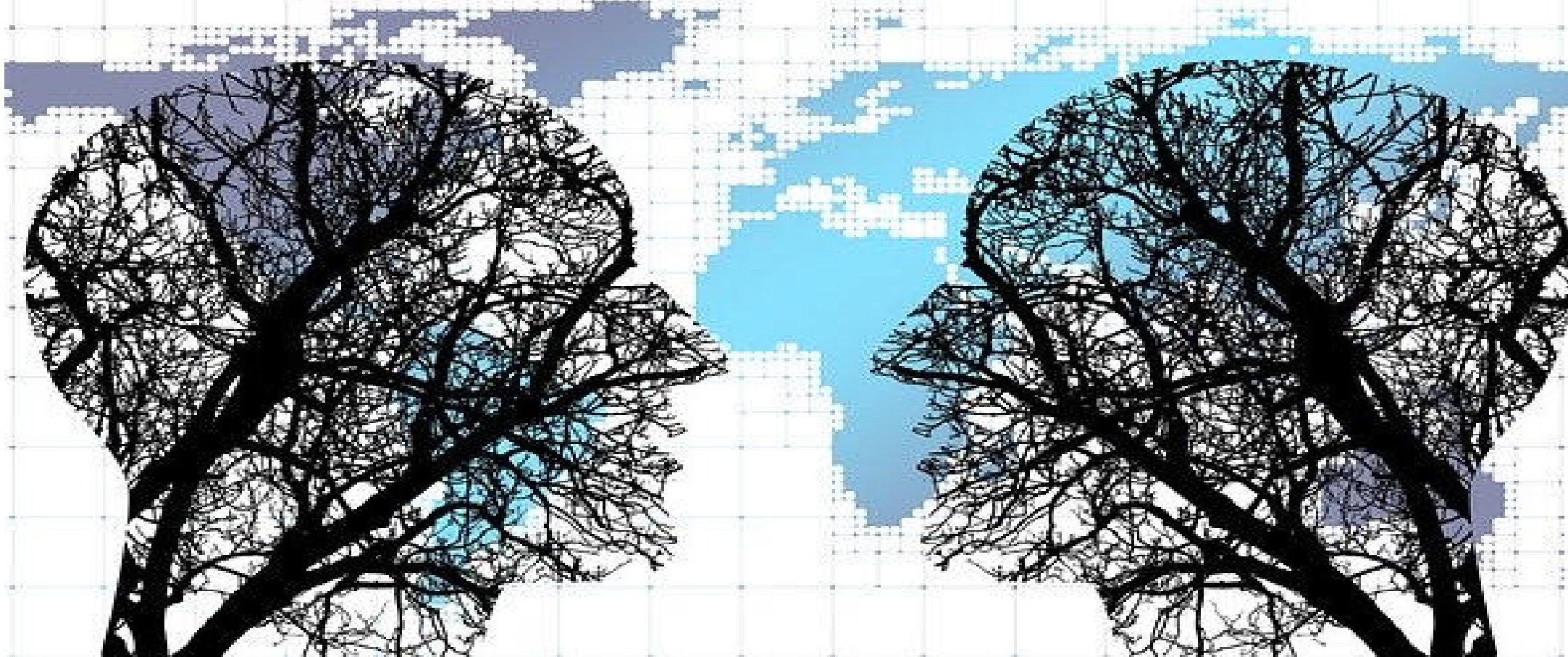




Proposta de Jorge Aranda (2021)

- **Perfil de potenciais Conselheiros Científicos:** acadêmico, preferencialmente docente e investigador, com experiência de gestão de projetos e participação em consórcios/parcerias internacionais.
- **Conhecimentos:**
 - Fluência oral e escrita de português, inglês e da língua do país de residência;
 - Conhecimento técnico dos setores de cooperação, seus atores e desafios;
 - Domínio dos processos e circuitos de decisão nacionais e internacionais;
 - Experiência de gestão de projetos de parcerias entre academia e indústria.
- **Competências:**
 - Capacidade de escuta, diálogo, análise e avaliação da situação;
 - Formulação e apresentação de propostas inovadoras e atrativas;
 - Trabalho em equipa e em rede;
 - Negociação.
- **Aptidões**
 - Dinamismo e espírito de iniciativa;
 - Flexibilidade e capacidade de adaptação;
 - Orientação para os resultados;
 - Autonomia.

Diplomacia Científica



Maria Sousa Galito

Muito obrigada!